

14ª Edição - 2014

EXAME



C N A I



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**Prova específica para atuação na área de auditoria nas
instituições autorizadas a funcionar pelo
Banco Central do Brasil (BCB)**

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO
NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)
Edital CFC/CAE 1/2014**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação na área de auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e as Folhas de Respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. A escrituração contábil, quando realizada por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), constituídas na forma de companhia aberta, deve observar as disposições:**
 - a) da Lei n.º 4.728/78 e dos atos normativos dela decorrentes.
 - b) da Lei n.º 11.138/07 e dos atos normativos dela decorrentes.
 - c) da Lei n.º 4.595/64 e dos atos normativos dela decorrentes.
 - d) da Lei n.º 6.385/76 e dos atos normativos dela decorrentes.

- 2. O BCB é uma autarquia federal, ligada ao Ministério da Fazenda, criada para atuar como ente executivo central do Sistema Financeiro Nacional (SFN), para cumprir e fazer cumprir as disposições legais e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e tem competência privativa para as atribuições abaixo, exceto a de:**
 - a) emitir papel-moeda e moeda metálica nas condições e limites autorizados pelo CMN.
 - b) regular o valor interno da moeda, prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais.
 - c) exercer a fiscalização das instituições financeiras, punindo-as quando necessário.
 - d) exercer o controle de crédito sob todas as suas formas.

- 3. As normas que dispõem sobre o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de:**
 - a) R\$200.000,00.
 - b) R\$250.000,00.
 - c) R\$300.000,00.
 - d) R\$350.000,00.

- 4. Com relação às normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País, o contrato de correspondente pode ter por objeto, entre outras, as atividades de atendimento, que visam ao fornecimento de produtos e serviços de responsabilidade da instituição contratante a seus clientes e usuários. Acerca desse assunto, aponte, entre os itens abaixo, as atividades de atendimento e, em seguida, assinale a opção CORRETA.**
 - I - Recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição contratante.
 - II - Realização de recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando à movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes mantidas pela instituição contratante.
 - III - Recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros.

Estão certos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

5. São consideradas instituições financeiras monetárias aquelas que:

- a) captam somente recursos para empréstimos por meio de emissão de títulos e, portanto, intermediam a moeda.
- b) emitem valores mobiliários para colocação no mercado primário e, posteriormente, serem negociação em bolsa de valores.
- c) possuem a autorização para receber depósitos à vista e detêm recursos assim depositados, os quais são, em todo ou em parte, emprestados; portanto, multiplicam a moeda.
- d) operam com compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros.

6. É vedado à sociedade corretora de títulos e valores mobiliários:

- a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamento, empréstimos ou adiantamentos aos seus clientes, inclusive cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor.
- b) prestar assistência aos contratantes das operações em que intervierem, até a final liquidação dos contratos respectivos.
- c) proceder à compra e venda de valores mobiliários, por conta e ordem de terceiros, seus clientes.
- d) responsabilizar-se nas operações em bolsas de valores, para com seus comitentes e para com outras sociedades corretoras com as quais esteja operando, pela liquidação e pela legitimidade dos títulos e valores entregues.

7. O BCB poderá adotar medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do SFN ao verificar a ocorrência de situações que comprometam o seu regular funcionamento ou das instituições que o compõe. Para tanto, deverá considerar, na sua análise e avaliação das situações e circunstâncias apuradas nos processos de supervisão/fiscalização das referidas instituições, indicadores como os elencados abaixo, EXCETO o de:

- a) liquidez.
- b) concentração de operações ativas e/ou passivas.
- c) grau de dispersão do controle acionário.
- d) alavancagem.

8. Nas opções abaixo, são apresentadas algumas medidas prudenciais que o BCB pode determinar como adoção obrigatória para instituição financeira que apresente indicadores de ocorrência de situações que comprometam ou possam comprometer o regular funcionamento do SFN, EXCETO:

- a) a restrita observância dos limites operacionais.
- b) o aumento do grau de risco das exposições.
- c) o cumprimento dos procedimentos operacionais e de controles internos regulamentares.
- d) a limitação ou suspensão da distribuição de resultados.

9. O Risco de Crédito compreende, entre outras, a possibilidade de perdas, EXCETO:

- a) de a contraparte não cumprir com as obrigações de liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, inclusive de instrumentos financeiros derivativos.
- b) do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados, quando o tomador ou a contraparte localizados fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país estrangeiro respectivo e ainda a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos.
- c) de cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediária ou conveniente de operações de crédito.
- d) de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

10. Assinale a opção que apresenta um evento NÃO considerado pelas normas do CMN como de risco operacional.

- a) Fraudes internas e externas.
- b) Falhas em sistemas de tecnologia de informação.
- c) Ocorrência de flutuação relevante de taxa de juros.
- d) Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

11. O diretor responsável pelo gerenciamento do risco de mercado em uma instituição pode desempenhar outras funções dentro da instituição, EXCETO as:

- a) relacionadas à administração de recursos de terceiros e de operações de crédito.
- b) relacionadas à administração de recursos de terceiros e de operações de tesouraria.
- c) relativas às operações de câmbio.
- d) relativas às operações de câmbio e de operações de crédito.

12. O total dos recursos aplicados no Ativo Permanente não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) das instituições financeiras. Para efeitos da aplicação desse limite de imobilizações, NÃO são computados os valores correspondentes a operações de:

- a) aquisição de investimentos de caráter permanente.
- b) arrendamento mercantil.
- c) ativação de intangíveis por incorporação de outra instituição.
- d) ativação de bens não destinados ao uso por recuperação de créditos.

13. O Banco XYZ, de pequeno porte, opera em financiamentos de veículos e em empréstimos diretos ao usuário na modalidade “consignados”. A partir da origem das operações da espécie, forma blocos de prestações a receber dos tomadores de crédito e os vende para bancos de maior porte, ficando coobrigado com a liquidez e solvência dos créditos vendidos. O Banco XYZ substitui as prestações inadimplidas por prestações de outros contratos, acumulando, no tempo, uma carteira de créditos problemáticos de valor relevante, prejudicando o resultado e fragilizando o patrimônio líquido, o que se acelerou em 2013. Preventivamente, efetuou teste de estresse de suas operações de crédito, na posição de 30.12.13, com o deslocamento da carteira em dois níveis de risco, como apresentado abaixo. Considerando o resultado do teste e o fato de que o BCB também testa dessa forma e age com muito rigor nesses casos, por conta das exigências da regulamentação prudencial em vigor, a Administração do Banco XYZ deve tomar iniciativas adequadas para precaver-se das possíveis consequências danosas a sua continuidade. Acerca desse assunto, considere a tabela a seguir.

DEMONSTRAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Em R\$1.000,00)						TESTE DE ESTRESSE	
EXERCÍCIOS		2013		2012		2013	
NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO: % MÍNIMO	CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO	CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO	CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO
AA	0%	3.900	-	3.500	-	3.900	39
A	0,5%	10.300	51	11.200	56	10.300	309
B	1%	5.700	57	6.100	61	5.700	570
C	3%	4.000	120	3.500	105	4.000	1.200
D	10%	3.000	300	2.500	250	3.000	1.500
E	30%	2.000	600	2.000	600	2.000	1.400
F	50%	1.000	500	1.000	500	1.000	1.000
G	70%	500	350	500	350	500	500
H	100%	3.000	3.000	2.000	2.000	3.000	3.000
TOTAL		33.400	4.979	31.800	3.772	33.400	9.518
		100%	15%	100%	12%	100%	28%

De acordo com os dados apresentados, assinale a opção que apresenta uma situação NÃO adequada às circunstâncias citadas.

- Vender para os acionistas controladores, ainda em 30.12.13, os créditos constantes do nível H, com transferência integral de risco.
- Constituir de provisão adicional, de forma que, em conjunto com a provisão já constituída, atinja o percentual de 28% do valor da carteira de operações de crédito e exame e providências para posterior capitalização, se o caso.
- Vender com coobrigação os créditos constantes do nível H, para os acionistas controladores, ainda em 30.12.13.
- Constituir de provisão adicional, de forma que, em conjunto com a provisão já constituída, atinja o percentual de 28% do valor da carteira de operações de crédito e captar recursos diretamente dos seus acionistas controladores, em modalidade de instrumentos de capital e dívida, no valor de R\$3.000.000,00, condicionando a sua liquidação com devolução dos recursos aos acionistas a possível recuperação desses créditos e, no caso de insucesso dessa recuperação, obrigatória e automática é a capitalização dos recursos correspondentes ao valor dos créditos não recuperados.

14. A regulamentação prudencial estabelecida pelo CMN dá competência para que o BCB possa alterar o limite relativo à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial das referidas instituições, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor e as instituições independentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), sendo vigente, atualmente, o limite de:

- a) 15% (quinze por cento) do PR.
- b) 75% (setenta e cinco por cento) do PR.
- c) 50% (cinquenta por cento) do PR.
- d) 30% (trinta por cento) do PR.

15. A aplicação no exterior de disponibilidades em moeda estrangeira de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio deve limitar-se a algumas modalidades. Com relação a esse assunto, aponte, entre os itens abaixo, quais são essas modalidades.

- I - Títulos de emissão do governo brasileiro.
- II - Títulos de dívida soberana emitidos por governos estrangeiros.
- III - Ações de companhias abertas negociadas em bolsa.
- IV - Debêntures emitidas por empresas privadas.

Estão certos os itens

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

16. Em 31 de janeiro de 2014, o Banco RST deferiu operação de crédito para reforçar o capital de giro da Rioverdense Industrial e Comercial de Alimentos Ltda. em R\$1.000.000,00, com taxa prefixada de 2,3% a.m. (dois vírgula três por cento ao mês) e pagamento de juros e principal ao final de um prazo de seis meses. Qual o impacto dessa operação nas adequadas contas (patrimonial e de resultados) constantes no balancete de 30/4/2014 da referida empresa?

- a) Financiamentos com R\$1.069.000,00 e Rendas de Financiamentos com R\$69.000,00.
- b) Empréstimos com R\$1.070.599,17 e Rendas de Empréstimos com R\$70.599,17.
- c) Financiamentos com R\$1.070.599,17 e Rendas de Financiamentos com R\$70.599,17.
- d) Empréstimos com R\$1.069.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$69.000,00.

17. A Cia. Agroindustrial e Exportadora Trespasense, para financiar projeto de expansão de seu parque industrial, contatou o Banco DEF e teve deferida operação de crédito por repasse de recursos do BNDES/Finame, na ordem de R\$3.000.000.000,00. As condições foram de liberação em 31 de março de 2014, com carência de seis meses para amortização do principal, mas com pagamento de juros mensais e saldo em 60 (sessenta) prestações mensais consecutivas de amortização de principal e juros, sendo pactuada taxa pós-fixada, vinculada a TJLP e mais juros 0,4% a.m. O que deve constar no balancete de 31 de maio de 2014 do Banco DEF, como reflexo dessa operação, nas respectivas e adequadas contas do sistema patrimonial e de resultados? (Considerar a TJLP de 0,5% a.m. no período para efeitos de cálculo).

- a) Empréstimos com R\$3.054.255,30 e Rendas de Empréstimos com R\$54.255,30.
- b) Empréstimos com R\$3.030.075,00 e Rendas de Empréstimos com R\$54.255,30.
- c) Financiamentos com R\$3.054.255,30 e Rendas de Financiamentos com R\$54.255,30.
- d) Financiamentos com R\$3.030.075,00 e Rendas de Financiamentos com R\$54.255,30.

18. O sistema integrado de informações do Banco ABC emitiu relatório mensal relativo à classificação das operações de crédito do mês atual, para efeitos do cálculo da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme regramento estabelecido no Cosif. Da comparação com o constante no mês anterior e considerando os dados na tabela a seguir, assinale a opção que apresenta o correto valor que deve ser acrescido ou reduzido ao saldo da referida provisão e qual deve ser o seu saldo final no mês atual.

OPERAÇÃO POR NÍVEL DE RISCO	% PCLD	MÊS ANTERIOR Valor em R\$ mil	MÊS ATUAL Valor em R\$ mil	PCLD ANTERIOR	PCLD ATUAL
AA	0,0%	150.000.000,00	155.000.000,00	-	-
A	0,5%	15.000.000,00	15.600.000,00	75.000,00	78.000,00
B	1,0%	3.000.000,00	3.000.000,00	30.000,00	30.000,00
C	3,0%	2.000.000,00	2.500.000,00	60.000,00	75.000,00
D	10,0%	700.000,00	800.000,00	70.000,00	80.000,00
E	30,0%	200.000,00	220.000,00	60.000,00	66.000,00
F	50,0%	120.000,00	130.000,00	60.000,00	65.000,00
G	70,0%	90.000,00	100.000,00	63.000,00	70.000,00
H	100,0%	400.000,00	410.000,00	400.000,00	410.000,00

- a) R\$56.000,00 e R\$874.000,00.
- b) R\$874.000,00 e R\$177.760.000,00.
- c) R\$56.000,00 e R\$177.760.000,00.
- d) R\$56.000,00 e R\$818.000,00.

19. O Banco ABC, em 31 de maio de 2014, adquiriu uma posição de 200.000 títulos federais (Letras do Tesouro Nacional) para compor sua Carteira Própria de Títulos de Renda Fixa, classificando-os como títulos para negociação, pelo valor unitário de R\$969,24, perfazendo tal compra em um valor total de R\$193.848.000,00. No mesmo dia, sexta-feira, dia 31 de maio de 2014, financiou parte dessa compra, vendendo posição 100.000 títulos ao preço de custo, com compromisso de recompra para o dia 3 de junho do mesmo ano, pagando uma taxa de 0,05%. De acordo com tais informações, assinale a opção que apresenta as contas (patrimoniais e/ou de resultados, se o caso) e os respectivos valores nelas inclusos, relativos a essas operações, que deverão constar no Balancete de 31 de maio de 2014, do Banco ABC.

- a) R\$96.972.462.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira – LTNs no Passivo e R\$48.462,00 em Despesas de Títulos de Renda Fixa.
- b) R\$96.924.000,00 em TVMs e IFDs – Revendas a Liquidar – Posição Bancada – LTNs e R\$0,00 em Contas de Resultados.
- c) R\$96.924.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs e igual valor em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa – LTNs, ambas no Ativo e R\$96.924.000,00 em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira – LTNs no Passivo e R\$0,00 em Contas de Resultados.

- d) R\$193.944.924,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa – LTNs no Ativo e R\$0,00 no Passivo e R\$48.462,00 em Despesas de Títulos de Renda Fixa.

20. As operações com instrumentos financeiros derivativos por meio de operações a termo, realizadas por conta própria pelas instituições financeiras, devem ser registradas observando adequados procedimentos. Considerando as operações acima citadas, assinale a opção que se encontra de acordo com as normas do SFN.

- a) Na data da operação, o valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito em subtítulo retificador de uso interno da adequada conta de ativo ou passivo, reconhecendo as receitas e despesas em razão do prazo de fluência dos contratos, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.
- b) Na data da operação, o valor dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando então deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício, conforme o caso.
- c) O valor dos ajustes diários na adequada conta de ativo ou passivo, devendo ser apropriados como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.
- d) O diferencial a receber ou a pagar na adequada conta de ativo ou passivo, deve ser apropriado como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

21. De acordo com as normas do CMN/BCB, é vedado às instituições financeiras realizarem determinadas operações com Títulos e Valores Mobiliários. Acerca desse assunto, assinale a opção que apresenta a modalidade que NÃO está inclusa nas referidas vedações.

- a) Carteira particular de renda fixa.
- b) Carteira não individualizada de títulos.
- c) Operações denominadas “carteirões”.
- d) Carteira própria bancada.

22. As normas que disciplinam a realização de operações compromissadas, envolvendo títulos de renda fixa, admitem a livre movimentação dos títulos objeto de compromissos de revenda, desde que atendidas adequadas condições:

I - As partes firmem acordo de livre movimentação.

II - Os compromissos sejam liquidados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários e administrado por câmara ou prestador de serviços que assumam a posição de parte contratante para fins de liquidação das operações realizadas por seu intermédio.

III - As operações compromissadas contratadas entre instituições financeiras e para aquelas que tenham como objeto títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, quaisquer que sejam as partes exigirão o atendimento das condições previstas em II acima.

Ao considerar as condições de I a III acima, aponte as que estão em consonância com as regras do SFN, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) Apenas as condições I e II estão corretas.
- b) Apenas as condições II e III estão corretas.
- c) Todas as condições estão corretas.
- d) Todas as condições estão incorretas.

23. Na constituição de cooperativa de crédito, é exigida, entre outras, a apresentação de plano de negócios, abrangendo um horizonte de, no mínimo, três anos de funcionamento, sendo contempladas determinadas condições:

- I - Estabelecimento dos objetivos estratégicos da instituição.**
- II - Definição dos padrões de governança corporativa a serem observados, incluindo-se o detalhamento da estrutura de incentivos e da política de remuneração dos administradores.**
- III - Definição da estrutura dos controles internos, com mecanismos que garantam adequada supervisão por parte da administração e a efetiva utilização de auditoria interna e externa como instrumentos de controle.**
- IV - Definição dos principais produtos e serviços, das políticas de captação e de crédito, tecnologias a serem utilizadas e dimensionamento da rede de atendimento.**

Ao considerar as condições de 1 a 4 acima, aponte as que estão em consonância com as regras do SFN, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) Apenas as condições I e II estão incorretas.
- b) Apenas as condições I e III estão corretas.
- c) Todas as condições estão corretas.
- d) Todas as condições estão incorretas.

24. Pelas normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito, aplicam-se à auditoria externa, quando realizada por entidade de auditoria cooperativa, algumas disposições. Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I - Não são necessários o registro da referida entidade na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a substituição periódica do auditor.**
- II - Não representa impedimento à realização de auditoria a existência de vínculo societário indireto entre a entidade de auditoria cooperativa e a cooperativa auditada.**
- III - Não se aplica o limite do percentual de faturamento anual de que trata o inciso V do Art. 6º do Regulamento anexo à Resolução CMN n.º 3.198.**
- IV - Deve ser providenciada a substituição periódica do responsável técnico e dos demais membros da equipe envolvida na auditoria de cada cooperativa, na mesma periodicidade originalmente estabelecida para a substituição do auditor na Resolução CMN n.º 3.198, de 2004.**

Estão certos os itens:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

25. Quanto à auditoria das demonstrações contábeis, inclusive das notas explicativas das administradoras de consórcio e respectivos grupos, assinale a opção CORRETA.

- a) As administradoras de consórcio podem ser auditadas por auditores independentes apenas com registro no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI).
- b) Para as administradoras de consórcio constituídas sob a forma de sociedade por ações, a auditoria deverá ser feita apenas por auditor independente pessoa jurídica.

- c) É permitida a contratação de auditor independente, responsável técnico, no cargo de diretor com participação acionária, direta ou indireta no capital social da administradora de consórcio.
- d) Devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

26. O auditor deve fazer indagações à administração e a outros segmentos da entidade e executar outros procedimentos de avaliação de risco considerados apropriados para obter entendimento dos controles, se houver, que a administração estabeleceu para as transações com partes relacionadas. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo, que tratam de responsabilidade da administração, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I - Deve identificar, contabilizar e divulgar os relacionamentos e transações em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.**
- II - Deve autorizar e aprovar transações e acordos significativos.**
- III - Deve não autorizar e aprovar transações e acordos significativos fora do curso normal dos negócios.**

Estão certos os itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.

27. Acerca da existência dos relacionamentos que podem indicar a presença de controle ou influência significativa, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA que indique se existe ou se pode indicar a presença de controle ou influência significativa.

- I - Nas participações diretas ou indiretas no capital ou outros interesses financeiros na entidade.**
- II - Nas participações diretas ou indiretas no capital ou outros interesses financeiros em outras entidades.**
- III - Ser parte dos responsáveis pela governança ou administração-chave (isto é, os membros da administração que detêm a autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade).**
- IV - Não ser parente próximo de qualquer pessoa mencionada em III acima.**
- V - Ter relação de negócios significativa com qualquer pessoa mencionada em III acima.**

Estão certos os itens:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) II, III e V, apenas.
- d) I, II, III e IV, apenas.

28. Para fins de avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da instituição e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e possíveis de verificação, que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em suas mesas de operação, podendo ser utilizado como parâmetro, EXCETO:

- a) o preço médio de negociação representativa do dia da apuração, ou quando não disponível, o preço médio de negociação representativa do dia anterior.

- b) o valor líquido provável de realização obtido mediante a adoção de técnica ou modelo de precificação.
- c) opcionalmente o preço dos ajustes mensais em operações em Bolsas de Valores.
- d) o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

29. Segundo a regulamentação vigente do CMN/BCB, o valor presente dos pagamentos previstos para fins de amortizações ou de liquidação antecipada das operações contratadas de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, deve ser calculado com a utilização da:

- a) taxa equivalente a soma do spread na data da contratação com a taxa SELIC do dia do pedido de amortização ou de liquidação antecipada.
- b) taxa SELIC do dia do pedido de amortização ou de liquidação antecipada.
- c) da taxa pactuada no contrato vigente entre o tomador do crédito e a instituição financeira.
- d) com a taxa de mercado praticada pela instituição financeira no dia do pedido de amortização ou de liquidação antecipada.

30. Assinale a opção CORRETA.

- a) A responsabilidade dos administradores das instituições financeiras pelas informações contidas nas demonstrações contábeis ou outras fornecidas exime o auditor externo da responsabilidade relativa à elaboração do Relatório do Auditor Independente.
- b) Apenas o Conselho de Administração é responsável pela contratação de auditor independente que não atenda aos requisitos previstos nas normas do BCB.
- c) O auditor independente poderá ser pessoa física ou jurídica.
- d) A participação societária, direta ou indireta, do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, na entidade auditada ou em suas coligadas, não é impedimento para sua contratação.

31. A confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria e, portanto, da própria auditoria, é influenciada pela sua fonte e sua natureza, e as circunstâncias nas quais são obtidas, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, quando relevante. Portanto, generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidência de auditoria estão sujeitas a importantes exceções. Embora reconhecendo que podem existir exceções, as generalizações sobre a confiabilidade da evidência de auditoria podem ser úteis. Com base nesse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I - A confiabilidade da evidência de auditoria é maior quando ela é obtida de fontes independentes fora da entidade.
- II - A evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor (por exemplo, a observação da aplicação de um controle) é mais confiável do que a evidência de auditoria obtida indiretamente ou por inferência (por exemplo, indagação a respeito da aplicação de controle).
- III - A evidência de auditoria fornecida por documentos originais é igual à evidência de auditoria fornecida por fotocópias.

Estão certos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.

- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

32. O auditor pode buscar comunicação direta por meio de carta de indagação específica. Para esse fim, a carta de indagação específica pode incluir algumas informações. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I - A carta de indagação específica pode incluir lista de litígios e reclamações.**
- II - A carta de indagação específica pode incluir, quando disponível, a avaliação da administração sobre o resultado de cada um dos litígios e das reclamações identificadas e a estimativa das implicações financeiras, incluindo os custos envolvidos.**
- III - A carta de indagação específica pode incluir solicitação para que o assessor jurídico externo da entidade confirme se as avaliações da administração são razoáveis e forneça para o auditor mais informações, se a lista for considerada pelo assessor jurídico externo da entidade como incompleta ou incorreta.**

Estão certos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

33. Acerca das indagações que deve o auditor fazer à administração, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I - O auditor deve indagar a administração sobre a identificação das partes relacionadas à entidade, incluindo mudanças em relação ao período anterior.**
- II - O auditor deve indagar a administração sobre a natureza dos relacionamentos entre a entidade e essas partes relacionadas.**
- III - O auditor deve indagar a administração se a entidade realizou transações com essas partes relacionadas durante o período e, se o fez, o tipo e a finalidade das transações.**
- IV - O auditor deve indagar a administração sobre obrigatoriedade de auditoria independente nas partes relacionadas, qualquer que seja o tipo jurídico.**

Estão certos os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

34. Em relação à confiabilidade das evidências de auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é maior quando os controles relacionados, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, impostos pela entidade, são efetivos.
- b) A evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor (por exemplo, a observação da aplicação de um controle) é mais confiável do que a evidência de auditoria obtida indiretamente ou por inferência (por exemplo, indagação a respeito da aplicação de controle).

- c) A confiabilidade da evidência de auditoria é maior quando ela é obtida de fontes internas da entidade do que quando obtida de fontes externas.
- d) A evidência de auditoria em forma de documentos, em papel, mídia eletrônica ou de outro tipo, é mais confiável do que a evidência obtida verbalmente (por exemplo, uma ata de reunião elaborada tempestivamente é mais confiável do que uma representação verbal subsequente dos assuntos discutidos).

35. Durante processo de liquidação extrajudicial de instituição financeira, segundo regulamentação do BCB, aplicam-se critérios de avaliação e apropriação contábil específicos cujo critério geral ou parâmetro maior é a avaliação a valor de mercado, com grande ênfase na materialidade e objetividade, observados os critérios abaixo, EXCETO:

- a) o reconhecimento das perdas em adequada conta de provisão, em contrapartida com resultado do período, e os ganhos na própria conta, em contrapartida com GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL NÃO REALIZADOS.
- b) o reconhecimento das perdas em adequada conta de provisão, em contrapartida na conta GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL NÃO REALIZADOS, e os ganhos na própria conta, em contrapartida no resultado do período.
- c) os TVMs, que devem ser classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ajustados a mercado; computa-se a valorização ou a desvalorização da conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- d) a avaliação a mercado dos bens móveis e imóveis, com base em competente laudo de avaliação ou método de pesquisa de mercado, reconhecendo as perdas em conta retificadora de provisões e os ganhos na própria conta, em contrapartida, em ambos os casos, em GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL NÃO REALIZADOS.

36. No que se refere à avaliação nos investimentos em controladas e coligadas, assinale a opção que NÃO está em conformidade com as normas do BCB.

- a) O valor do investimento na coligada ou controlada deve ser determinado mediante a aplicação sobre o valor do patrimônio líquido, da porcentagem de participação no capital da coligada ou controlada, após efetuados os ajustes que forem necessários para eliminar efeitos decorrentes das integralizações parciais de aumentos de capital em dinheiro, da diversidade de critérios contábeis, dos resultados não realizados intercompanhias e excluídas eventuais participações recíprocas.
- b) Para efeito de apuração do valor do patrimônio líquido das sociedades coligadas e controladas, são computados os valores destinados, no período, à distribuição de dividendos, não podendo resultar, do cumprimento da norma, sub ou supervalorização do investimento.
- c) Eventuais perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos em sociedades coligadas ou controladas, que não ultrapassem 20% (vinte por cento) do Patrimônio de Referência não devem ser deduzidas do saldo das participações para efeito de equivalência patrimonial.
- d) São coligadas, quando participarem com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante ou detiverem influência significativa em sua administração.

37. O aumento de capital em instituições financeiras, deliberados em assembleia de acionistas ou reunião de cotistas, deve ser registrado, enquanto não aprovado pelo BCB, no título contábil AUMENTO DE CAPITAL, tendo como contrapartida as contas abaixo relacionadas, conforme cada caso. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) CAPITAL A REALIZAR, quando realizado com recursos de acionistas ou quotistas.
- b) DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES A PAGAR, quando realizado com créditos dos acionistas

relacionados ao pagamento de juros de capital próprio ou de dividendos.

- c) RESERVAS DE CAPITAL, RESERVAS DE LUCROS OU LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS, quando realizado com reservas ou lucros.
- d) CREDORES DIVERSOS, no caso de subscrição inicial ou cancelamento de ações ou quotas ainda não integralizadas.

38. O Banco ABC, especializado em crédito consignado, detém registrado em 31/3/2014, em Operações de Crédito, Empréstimos, Pessoa Física, o valor de R\$400 milhões de reais relativo a operações de sua especialidade. Esse conjunto de operações tem resgate estabelecido para 52 (cinquenta e dois) meses. Nessa mesma data, cede com coobrigação esses créditos para o Banco XYZ, de grande porte, pelo valor atual de R\$420 milhões de reais. Em conformidade com o estabelecido no Cosif, o Banco ABC deverá registrar essa operação, observando a exigência de:

- a) manter o valor da posição vendida no seu Ativo e inscrever no Passivo o valor da obrigação para com o Banco XYZ, em contrapartida ao valor recebido e registrado no seu Ativo, realizando os respectivos resultados no decurso do prazo original de 52 (cinquenta e dois) meses, no mínimo mensalmente.
- b) dar baixa (ou desreconhecer) integralmente o valor registrado do instrumento financeiro no seu ativo e realizar o diferencial entre esse valor e o valor vendido em resultados imediatamente, como contrapartida ao valor recebido, registrando no sistema de compensação a responsabilidade pela coobrigação assumida.
- c) manter o valor da posição vendida no seu Ativo e inscrever no Passivo o valor da obrigação para com o Banco XYZ, em contrapartida ao valor recebido, realizando os respectivos resultados imediatamente.
- d) dar baixa (ou desreconhecer) integralmente o valor registrado do instrumento financeiro no seu ativo e realizar o diferencial entre esse valor e o valor vendido em resultados no decurso do prazo original da carteira vendida, registrando no sistema de compensação a responsabilidade pela coobrigação assumida.

39. No momento em que for identificada alguma diferença de numerário de caixa, sendo a diferença a menor, antes de esgotados os recursos de cobrança, contabiliza-se em:

- a) Credores Diversos – País.
- b) Ganhos de Capital.
- c) Devedores Diversos – País.
- d) Perdas de Capital.

40. Com relação às normas do Cosif, assinale a opção INCORRETA.

- a) A instituição que adota o Livro Diário deve escriturar o Livro Razão de forma que se permita a identificação, a qualquer tempo, da composição dos saldos das contas, podendo este ser substituído por fichas ou formulários contínuos.
- b) O banco comercial, ou banco múltiplo com carteira comercial, que mantiver contabilidade descentralizada deve possuir para a sede e cada uma das agências o Livro Diário ou o livro Balancetes Diários e Balanços, legalizado no órgão competente.
- c) A adoção do livro Balancetes Diários e Balanços obriga a manutenção de controles analíticos que permitam identificar, a qualquer tempo, a composição dos saldos das contas.
- d) As instituições financeiras que possuem Escrituração Contábil Digital (ECD) estão dispensadas de possuir o Livro Diário, ou o livro Balancetes Diários e Balanços, legalizado no órgão competente.

41. Em relação à classificação contábil de operações de crédito, assinale a opção que apresenta uma situação que NÃO está de acordo com as normas do Cosif.

- a) A comissão de abertura de crédito recebida antecipadamente registra-se em Rendas Antecipadas e apropria-se mensalmente “pro rata temporis”; pode ser reconhecida como receita efetiva no ato do recebimento, se estabelecida em até 3% (três por cento) do valor da operação.
- b) As composições de dívidas de operações, originalmente classificadas como Operações de Crédito, devem ser mantidas no mesmo subgrupo, apenas com a reclassificação contábil, se for o caso.
- c) As operações de crédito realizadas sob a forma de consórcio, em que uma instituição financeira assuma a condição de líder da operação, devem ser registradas de forma proporcional entre todas as instituições participantes, exceto quanto às receitas e despesas que devem ser registradas integralmente na contabilidade da instituição líder, para rateio quando da extinção do consórcio.
- d) As instituições financeiras, demais entidades autorizadas a funcionar pelo BCB e as administradoras de consórcio devem ajustar os contratos de mútuo de ouro, mensalmente, com base no valor de mercado do metal, fornecido pelo BCB.

42. Em relação à atuação dos auditores independentes nas instituições financeiras, conforme as normas do BCB, assinale a opção INCORRETA.

- a) A realização de auditoria independente nas instituições financeiras, câmaras ou prestadores de serviços, ou nas administradoras de consórcio não exclui nem limita a ação supervisora exercida pelo Banco Central do Brasil.
- b) Nas instituições que não possuem comitê de auditoria constituído nos termos deste regulamento, bem como nas câmaras e prestadores de serviços, o conselho fiscal deve responder, também, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria independente previstos na regulamentação em vigor.
- c) A documentação relativa à substituição do auditor deve conter os motivos que determinaram a decisão e a ciência do auditor substituído, o qual, na hipótese de não conformidade, deve apontar as justificativas de sua discordância.
- d) As entidades auditadas e os respectivos auditores independentes devem manter à disposição do BCB, pelo prazo mínimo de cinco anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa daquela autarquia, os relatórios de auditoria, papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria.

43. Caso haja participações em controladas ou coligadas, deve-se proceder, quando for o caso, aos ajustes contábeis em conformidade com as normas do BCB. Sobre esses ajustes, assinale a opção CORRETA.

- a) Deverá haver a eliminação de diferenças relevantes decorrentes da diversidade de critérios contábeis adotados pela coligada ou controlada.
- b) Não excluir do patrimônio líquido da coligada ou controlada, de resultados não realizados, decorrentes de negócios efetuados com a investidora ou controladora, e de negócios com outras coligadas e controladas.
- c) Caso haja fatos extraordinários quando dos ajustes do patrimônio líquido de controladas ou coligadas, poderão ser considerados os efeitos desses fatos extraordinários quando houver uma defasagem de até seis meses da data das Demonstrações Financeiras.
- d) Os lucros e os prejuízos, assim como as receitas e despesas decorrentes de negócios que tenham gerado simultânea e integralmente efeitos opostos nas contas de resultado das coligadas ou das controladas, deverão ser excluídos do valor do patrimônio líquido como ajustes da equivalência patrimonial.

44. Com relação ao Imobilizado de Uso, constantes nas normas do BCB, assinale a opção CORRETA.

- a) Os gastos com benfeitorias, indispensáveis à adaptação de imóveis próprios às necessidades de funcionamento, não agregam ao valor dos imóveis, tendo seus registros contábeis em contrapartida as respectivas contas de despesas.
- b) Os imóveis de uso da instituição escrituram-se nas respectivas dependências pelo preço de aquisição, não incluindo as despesas acessórias indispensáveis, tais como emolumentos cartorários, corretagens e outras.
- c) A instituição deve contabilizar a depreciação somente com a existência de lucros, sendo que a provisão correspondente acumula-se até atingir o valor dos custos de aquisição ou incorporação.
- d) Por ocasião dos balancetes e balanços, os imóveis de uso próprio e demais bens classificados no Imobilizado de Uso registram-se pelo custo de aquisição, indicando-se, dedutivamente, o saldo das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva depreciação acumulada.

45. Com relação à contabilização das Rendas Antecipadas, conforme as normas do BCB, assinale a opção INCORRETA.

- a) Enquadram-se como rendas antecipadas aquelas recebidas antes do cumprimento da obrigação que lhes deu origem, sobre os quais é certa a exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende, apenas, da fluência do prazo.
- b) As rendas da espécie correspondente a cada operação de valor até R\$511,00 (quinhentos e onze reais), na data de sua ocorrência, podem ser apropriadas diretamente como rendas efetivas no ato do recebimento.
- c) Os custos ou despesas que excederem às correspondentes rendas antecipadas devem ser apropriados no próprio período em que ocorrerem.
- d) As comissões por corretagens e taxas de colocação recebidas pelo serviço de distribuição de títulos e valores mobiliários que excederem a 2% (dois por cento) a.a., calculados sobre o valor dos títulos, registram-se em Rendas Antecipadas e apropriam-se em Rendas de Comissões de Colocação de Títulos em razão da fluência do prazo dos respectivos papéis, "pro rata temporis".

46. Considerando os títulos que compõem a carteira de renda própria variável das instituições financeiras, NÃO se enquadram como título de renda variável os(as):

- a) bônus de subscrição de companhias abertas.
- b) debêntures conversíveis em ações.
- c) ações adquiridas no mercado para livre negociação.
- d) ações subscritas ou havidas por investimentos compulsórios, destinados à negociação no mercado.

47. Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios, com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem ser observados alguns procedimentos pela instituição vendedora ou cedente.

- I - O ativo permanece registrado na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido.
- II - O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido.
- III - As receitas e despesas devem ser apropriadas somente nos balanços semestrais de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Aponte a opção que indique corretamente os procedimentos considerados:

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e III estão incorretas.
- d) I, II e III estão corretas.

48. Nos instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos itens objeto de “hedge” devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços. Para aqueles classificados em uma operação de “hedge” de mercado, a valorização ou desvalorização deve ser registrada em contrapartida na conta adequada:

- a) do Patrimônio Líquido.
- b) de receita ou despesa.
- c) em conta patrimonial específica do ativo ou passivo.
- d) em resultado diferido.

49. Com relação às normas do BCB, assinale a opção INCORRETA.

- a) O ativo financeiro vendido ou transferido e o respectivo passivo gerado na operação, quando houver, bem como a receita e a despesa decorrentes, devem ser registrados de forma segregada, podendo haver a compensação de ativos e passivos, bem como de receitas e despesas.
- b) A operação de venda ou de transferência de ativos financeiros, cuja cobrança permaneça sob a responsabilidade do vendedor ou cedente, deve ser registrada como cobrança simples por conta de terceiros.
- c) Verificada impropriedade ou inconsistência nos processos de classificação e de registro contábil da operação de venda ou de transferência de ativos financeiros, o BCB poderá determinar sua reclassificação, registro ou baixa, com o consequente reconhecimento dos efeitos nas demonstrações contábeis.
- d) A operação de venda ou de transferência de ativos financeiros com coobrigação deve ser mantida em adequada conta do ativo com registro no passivo da obrigação assumida.

50. Na contabilização das participações societárias, assinale a opção que se encontra em conformidade com as normas do BCB.

- a) As participações societárias devem ter caráter minoritário, sendo consideradas investimentos temporários se não negociadas até 6 (seis) meses da data da aquisição; após essa data deverão ser consideradas aplicações em caráter permanente.
- b) Os dividendos e outros rendimentos de títulos representativos de participações societárias contabilizam-se em Rendas de Participações Societárias, se recebidos até 6 (seis) meses da data de aquisição do título e como diminuição do valor de custo se recebidos após esse prazo.
- c) As ações e cotas recebidas em bonificação, sem custo para a instituição, devem ser adicionadas ao custo contábil pelo valor de mercado, a crédito de Rendas de Participações Societárias, mas a quantidade das novas ações ou cotas é computada para determinação do custo médio unitário.
- d) Os resultados obtidos na alienação de participações societárias contabilizam-se na data da operação; e se houver provisão constituída, esta deve ser estornada ou revertida para a adequada conta de receita, se correspondente a períodos anteriores.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. O BCB atualizou e consolidou as regras que as instituições por ele autorizadas a funcionar devem acatar, destinadas a prevenção à prática dos crimes que trata a Lei 9.613/98, conhecida como a “Lei da Lavagem de Dinheiro”. Fale sobre as políticas e procedimentos que as referidas instituições devem implementar para o cumprimento da norma.
52. Quais as especificidades na prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, em razão das exigências normativas do CMN/BCB, além do exigido normalmente pelas NBCs TAs.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

